



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases



Processo nº 0153.14.011356-1

Parte embargante: Município de Dona Euzébia

Parte embargada: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

SENTENÇA

Vistos etc.,

O **Município de Dona Euzébia** ajuizou os presentes embargos à execução movida pelo **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**.

Argui a parte embargante, em síntese, a impossibilidade de cumprir integralmente as cláusulas de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, diante de fato de terceiro, tendo em vista a rejeição de projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal, de cujo trâmite e convalidação em lei dependeria o início de procedimento licitatório. Sustenta que cumpriu aquilo que lhe cabia, restando as demais obrigações condicionadas a ato do Poder Legislativo.

Requer a atribuição de efeito suspensivo aos embargos.

Despacho de f. 08, determinando a intimação da parte exequente, ora embargada, para se manifestar e, em seguida, a intimação das partes para especificação de provas.

Resposta aos embargos apresentada às ff. 09/15, pugnando pela extinção do feito sem resolução do mérito por carência de representação processual em razão da ausência de procuração nos autos. No mérito, argumenta o Ministério Público que a instauração de licitação independe de autorização legislativa municipal, constituindo matéria típica do Executivo a forma de gestão do serviço público, dispensando lei específica prévia a respeito.

O Município embargante apresentou procuração à f. 17.

À f. 18, o Ministério Público requereu o julgamento dos embargos.

Decisão de ff. 19/19v indeferindo o pedido de efeito suspensivo e determinando a intimação da parte embargante para regularizar sua representação mediante juntada de procuração.

Intimada, à f. 19v, a parte embargante afirmou já ter sanado o vício à f. 17.

O Ministério Público reiterou o pedido de extinção do feito por entender que a representação processual da parte embargante não restou regularizada, uma vez que

Ⓢ



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

COMARCA

houve alteração do Chefe do Executivo Municipal (f. 20).

Diante disso, a parte embargante foi novamente intimada e, às ff. 22/24, apresentou nova procuração. Na oportunidade, reiterou o pedido de concessão de efeito suspensivo, considerando que nos autos da execução restou determinado o cumprimento da obrigação sob pena de multa, inclusive pessoal do gestor.

Às ff. 26/27, o *Parquet* argumentou que o pleito de efeito suspensivo já foi enfrentado nos autos, por decisão não impugnada no prazo legal, estando preclusa a discussão sobre a matéria, devendo ser indeferido.

A municipalidade embargante apresentou substabelecimento às ff. 28/29.

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório. **Decido.**

Impõe-se, *in casu*, o julgamento antecipado do mérito, com fundamento no disposto no artigo 355, I, do CPC, não havendo necessidade de produção de outras provas.

Cumpre-me apreciar o **pedido de efeito suspensivo** renovado às ff. 22/23.

Destaca a parte embargante que, segundo a doutrina, o pedido poderá ocorrer a qualquer momento do procedimento dos embargos, não havendo se falar em preclusão consumativa, podendo a decisão que negou sua concessão ser modificada ou alterada consoante deixem de estar presentes as circunstâncias que a justificaram.

Partindo desses pressupostos, considerando a decisão dos autos executivos que fixou multa pelo descumprimento da obrigação, inclusive pessoal ao prefeito, e dada a impossibilidade de cumprir integralmente os termos do título exequendo, afirma ser notório o perigo de dano e a probabilidade do direito, justificadores do efeito pretendido.

De acordo com o art. 919, §1º, do Diploma Processual Civil, o efeito suspensivo aos embargos somente poderá ser deferido a requerimento da parte embargante quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

No presente caso, a parte embargante sustenta seu pedido precipuamente na decisão que aplicou multa diária ao Município (f. 108 dos autos em apenso), o que, segundo ela, seria suficiente para ensejar a suspensão da execução.

Não obstante, a multa cominatória, é "plenamente aplicável à execução da obrigação de fazer, uma vez que se afigura medida inibitória e coercitiva que visa ao

Processo nº. 0153.14.011356-1

Página 2 de 8



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases



cumprimento da determinação judicial, possuindo, ainda, amparo legal no art. 537, do CPC/15". Ademais, o TAC foi firmado em janeiro de 2013 e, ultrapassados oito anos, ainda não foi devidamente comprovado seu integral cumprimento, razão pela qual a imposição da multa se afigura pertinente e necessária, não tendo o condão de determinar, por si só, a atribuição de efeito suspensivo à execução (TJMG – Agravo de Instrumento-Cv 1.0079.14.023550-2/001, Relator(a): Des.(a) Washington Ferreira, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/02/2020, publicação da súmula em 19/02/2020).

Reputo ausentes os requisitos da tutela provisória, a saber, a relevância da fundamentação e o dano de difícil reparação que induziriam à alteração da decisão de ff. 19/19v, razão pela qual **mantenho-a** por seus próprios fundamentos e **indefiro** o pedido de atribuição de efeito suspensivo aos presentes embargos.

Presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como as condições da ação, **analiso o mérito**.

Afirma a parte embargante que o cumprimento da cláusula quarta do TAC – instauração e conclusão de procedimento licitatório para outorga de concessões para exploração do serviço público de transporte de passageiros em veículos de táxi – estaria condicionada ao prévio cumprimento da cláusula antecedente.

Através da cláusula terceira, a municipalidade, enquanto compromissária, se obrigou a encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal de Dona Euzébia, para fins de adequação da Lei Municipal n. 505/2000 às normas constitucionais vigentes nos termos das alíneas “a” e “b” do termo.

Os autos da execução foram instruídos com cópia do TAC (ff. 72/75), da Lei Municipal n. 505/2000 (ff. 59/61), além de informação concernente à rejeição do projeto de lei nas duas vezes em que fora encaminhado à Câmara (ff. 83/91 e ff. 124/130).

Pois bem.

A tese invocada pela parte embargante não merece prosperar.

Inicialmente, há de se ressaltar que a obrigatoriedade de licitar advém da Constituição da República, notadamente dos artigos 37, XXI, e 175. Independe, portanto, de Lei específica que discipline a concessão de cada serviço. Nesse diapasão, a cláusula quarta dispôs em sua parte final acerca do objetivo da licitação, a saber “*atendendo-se às Constituições Federal e Estadual, bem como à Lei nº 8.666/93*”.

No caso em tela, embora a norma regulamentadora do serviço de táxi no âmbito





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

11 M
COMARCA DE C

do Município embargante preveja, em seu art. 4º, "c", a seleção dos prestadores por meio de concurso público, no TAC firmado com o Ministério Público, a municipalidade preliminarmente reconheceu a inconstitucionalidade da Lei, na cláusula primeira, o que motivou a assunção dos demais compromissos.

Trata-se de prerrogativa do Chefe do Poder Executivo determinar aos seus órgãos subordinados que deixem de aplicar administrativamente as leis ou atos com força de lei que considerem inconstitucionais, que decorre do dever de defender e cumprir a Constituição, previsto no art. 78 da Constituição da República, que se estende ao prefeito.

A adequação do ordenamento, supostamente maculado de vícios de inconstitucionalidade, não poderia postergar a realização do procedimento licitatório. A uma porque a normativa vigente não o impede expressamente. A duas porque a obrigação de realizá-lo decorreria da Constituição da República, fundamento de validade das normas infraconstitucionais. E a três porque a licitação igualmente observaria os princípios da impessoalidade e da publicidade, alcançando o fim que determinou a realização de processo seletivo no bojo da Lei Municipal n. 505/2000.

Ademais, considerando que a imposição de realização de licitação tem fulcro na Constituição, conforme assentado nas considerações do TAC, inclusive, insubsistente a alegação de necessidade de prévia lei autorizativa.

O cumprimento da cláusula quarta prescinde, portanto, do cumprimento da cláusula terceira, à medida que o objetivo desta, aparentemente, é adequar a legislação municipal aos ditames constitucionais.

Corroborando essa interpretação a fixação de prazos incompatíveis com os de um processo legislativo, vejamos:

- i. a cláusula terceira concede o **prazo máximo de 1 (um) mês para encaminhar projeto** de lei à Câmara Municipal a fim de promover a alteração da Lei n. 505/2000, silente quanto à aprovação deste;
- ii. a cláusula quarta concede o **prazo máximo de 12 (doze) meses para iniciar e concluir procedimento licitatório** para outorga de concessões do serviço de táxi, sendo certo que seu parágrafo primeiro obriga a municipalidade a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, o cronograma completo do procedimento a ser realizado e, no prazo de 60 (sessenta) dias, cópia do respectivo edital.

Processo nº. 0153.14.011356-1



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases



parágrafo segundo evidencia que as obrigações eram autônomas ao dispor que as concessões vigentes deveriam ser revogadas em 31/01/2014, iniciando suas atividades os **vencedores da licitação** no dia imediatamente posterior, isto é **1º/02/2014**.

Repiso que o instrumento foi assinado em 17/01/2013. Logo, a parte embargante se obrigou a cumprir as obrigações nos prazos pactuados, de modo que o processo legislativo deveria correr concomitantemente às etapas da licitação.

Se assim não pretendesse o Ministério Público, na condição de compromitente, deveria estar sinalizado e, conseqüentemente, ter sido acordado prazo diverso, eis que não se pode conceber a deliberação de projeto de lei na Câmara por prazo tão exíguo. A essa questão deveria estar atento o representante legal do Município e, à luz do princípio da impessoalidade, os gestores que o sucederam.

Essa ilação pode ser extraída do documento de f. 91 dos autos da execução, que revela que a votação que culminou na rejeição do projeto de lei apresentado em março de 2013 (f. 90), foi comunicada ao Prefeito em setembro daquele ano, ou seja, cerca de seis meses depois. Desconsiderar esse prazo, que poderia ser ainda maior caso aprovado o projeto com emendas, assim como o período de *vacatio legis*, prejudicaria em demasia o cumprimento do ajuste, não sendo concebível, por outro lado, que as partes envolvidas deles se olvidaram.

Em atenção à boa fé objetiva, havendo dúvida a respeito, cabia ao gestor municipal comunicá-la tempestivamente ao Ministério Público, isto é, durante o prazo de cumprimento do TAC, quando teria sido esclarecido ou celebrado aditivo, o que não ocorreu no caso em testilha.

Saliento que, embora a jurisprudência mais recente tenha se firmado no sentido de que “a exploração da atividade de transporte individual de passageiros não se caracteriza como serviço público, mas tão somente como serviço de utilidade pública, sendo desnecessário o procedimento de licitação previsto no art. 175 da Constituição Federal” (RE 1178950 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 06/12/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-282 DIVULG 17-12-2019 PUBLIC 18-12-2019), o posicionamento não obsta a realização do procedimento licitatório.

O título exequendo não padece de qualquer vício, devendo ser observado que o



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

COMARCA DE CATAGUASES

Município exerceu suas prerrogativas ao aceitar os termos propostos pelo *Parquet*, bem como que TAC possui natureza de um negócio jurídico bilateral cujos pressupostos são idênticos aos de qualquer ato jurídico, exigindo-se a presença cumulativa de agente, vontade e causa.

Neste sentido, o Município de Dona Euzébia, independentemente de quem o representava à época, manifestou livremente sua vontade em assumir os compromissos propostos pelo Ministério Público, se responsabilizando pelo cumprimento das obrigações lá elencadas e nos prazos consignados no instrumento.

Incólume a validade do título, seu cumprimento é medida impositiva.

Destarte, não merece guarida o argumento da parte embargante de cumprimento do que lhe cabia e impossibilidade de cumprimento das demais cláusulas por fato de terceiro, a saber, rejeição do projeto de lei de sua autoria pela Câmara Municipal.

Considerada a força obrigatória do Termo de Ajustamento de Conduta, blindado contra lei nova e, logicamente, a posicionamento que sobrevenha a sua celebração, vejamos o entendimento jurisprudencial sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. ATO JURÍDICO PERFEITO. NOVO CÓDIGO FLORESTAL. OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS. ATIVIDADES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. CONSTATAÇÃO DE INÉRCIA E RENITÊNCIA EM NÃO CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS. REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Segundo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, "em se considerando que o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Estadual estipulou prazos já vencidos para o adimplemento das obrigações e a execução dos projetos, não deve ser o devedor desobrigado dos deveres assumidos, sob pena de cancelar-se a inércia do réu, que já se prolonga por mais de dez anos. Embora tenha o novo Código Florestal viabilizado o prosseguimento das atividades nas Áreas de Preservação Permanente, resta indubitável que não retirou a obrigatoriedade do necessário licenciamento ambiental".

2. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) deve ser cumprido fiel e integralmente, cláusula por cláusula, obrigação por obrigação, sob pena de incidência da multa prevista, aplicável por igual na inadimplência total ou parcial – exceto se houver previsão expressa e inequívoca em sentido contrário –, já que o acordo constitui um todo orgânico. Como ato jurídico perfeito, o TAC encontra-se absolutamente blindado contra a lei nova, superveniente à celebração, a qual não pode retroagir para modificá-lo.

Processo nº. 0153.14.011356-1



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases



desconstituí-lo ou restringir-lhe a força obrigatória. 3. Correto, pois, o entendimento jurídico do Tribunal de origem. Ademais, quanto às circunstâncias específicas do caso concreto, o acórdão julgou com base nos elementos probatórios apurados para constatar a inércia e a renitência do devedor em não cumprir as obrigações assumidas no TAC. Nesse panorama, o acolhimento da pretensão recursal enfrenta o óbice da Súmula 7/STJ.

4. No tocante à multa imposta em decorrência da prática de ato atentatório à dignidade da Justiça, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou favoravelmente à prescindibilidade de prévia advertência para aplicá-la.

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1568936/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 05/11/2019) (destacou-se)

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIÇOS DE TÁXI. SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA. INEXIGIBILIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO. PREVISÃO EM LEI. NECESSIDADE.

- O serviço de táxi configura como serviço de utilidade pública, prestado no interesse exclusivo de seu titular, mediante autorização do Poder Público, não sendo exigível o procedimento licitatório para a concessão de permissões a taxistas.
- Dentro dessa perspectiva, incumbe ao ente público municipal fixar os requisitos para a obtenção da permissão a taxistas para a prestação do serviço.
- Havendo, contudo, previsão em lei para que a permissão seja formalizada mediante licitação, não merece reforma a decisão que determinou que o ente municipal providenciasse o procedimento licitatório. (TJMG – Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.20.543783-3/001, Relator(a): Des.(a) Alberto Vilas Boas, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/04/2021, publicação da súmula em 15/04/2021) (destacou-se)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM DEZEMBRO DE 2006 – EMBARGOS À EXECUÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – QUESTÕES ATINENTES AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – ENTRAVES OCASIONADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL – EMENDAS REALIZADAS EM PROJETO DE LEI – JUSTIFICATIVA INCABÍVEL.

- Verificado o descumprimento das obrigações firmadas no TAC, bem como ausente justa causa para o atraso, os embargos à execução opostos devem ser julgados improcedentes, a fim de que prossiga a execução.
- É inteiramente descabido o Poder Executivo querer impor ao Poder Legislativo a culpa pelo descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em dezembro de 2006, em razão simplesmente de emendas realizadas pela Câmara Municipal em projeto de lei. (TJMG – Apelação Cível 1.0473.07.013756-6/001, Relator(a): Des.(a) Versiani Penna, 19ª CÂMARA CÍVEL, julgamento



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

em 25/04/2019, publicação da súmula em 06/05/2019) (destacou-se)

Dessa forma, constata-se que os fundamentos trazidos na inicial não justificam o inadimplemento das obrigações assumidas no compromisso.

Posto isso, **julgo improcedentes os pedidos formulados pela parte embargante** e, consequentemente, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Isenta a parte embargante do pagamento das custas na forma da Lei.

Sem condenação em honorários advocatícios.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Com o trânsito em julgado, providencie-se o que for pertinente, **traslade-se** cópia da presente sentença para os autos da execução, e arquivem-se os autos, com baixa.

Cumpra-se.

Cataguases, 01 / 09 / 2021.


Danielle Rodrigues da Silva

Juíza de Direito

DATA DE RECEBIMENTO	
Aos <u>08</u> de <u>09</u> de 2021	recebi estes autos em Secretaria.
Eu, <u>[Assinatura]</u>	, o subscrevo.

CERTIDÃO - REGISTRO DE SENTENÇA	
Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	
Certifico e dou fé que a sentença foi registrada às ff. <u>139/135</u>	do livro nº <u>531</u>
Cataguases, <u>08</u> de <u>09</u> de <u>21</u>	
O(a) Escrivão(ã), <u>[Assinatura]</u>	

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais	
CERTIDÃO - PUBLICAÇÃO	
Certifico e dou fé que a(o) () sentença, () despacho	
foi disponibilizada(o) em	no Dje/TJMG, considerando-se publicada(o)
em	nos termos do art. 4º, § 1º, § 2º da Portaria Conjunta nº 119/2008.
Cataguases, de	
O(a) Escrivão(ã),	